

20 ANOS DA LEI 10.639: POR UMA EDUCAÇÃO/VIDA ANTIRRACISTA

<https://orcid.org/0000-0003-0233-7697> Allan Rodrigues^A

<https://orcid.org/0000-0003-1570-9816> Patrícia Baroni^B

<https://orcid.org/0000-0002-6196-0211> Rafael Honorato^C

^A Universidade Estácio de Sá (UNESA)/Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro, RJ, Brasil

^B Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro, RJ, Brasil

^C Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), Monteiro. PB. Brasil

Vivemos um momento político, econômico e social complexo e tenso de desmonte de políticas públicas comprometidas com a democracia, os direitos humanos e a promoção de uma sociedade menos injusta e excludente. Temas importantíssimos como racismo, sexismo, machismo, lgbtqiafobia, gênero, sexualidade, entre outros, vêm sendo silenciados e abafados.

Essa política de silenciamento se dá de várias formas: pelas guerrilhas conservadoras digitais, que mobilizam discursos de ódio, violências de toda sorte e bombardeios com informações falsas através das redes sociais; pelo clima de medo criado por práticas de ataques, ameaças e desrespeito às Instituições, inclusive por figuras importantes na cúpula ou cena política do país; pela negação de direitos básicos; pela perseguição às escolas e seus currículos por movimentos ultra-conservadores e de extrema direita no país. Mesmo diante de tantos ataques e da maré conservadora que ainda ameaça a educação, há esperança. A prioridade do governo federal que antes, na agenda educacional do país, era o ensino domiciliar e a militarização da educação, agora volta a ser uma educação democrática, com foco no exercício da cidadania e do pensamento. Aos poucos, os investimentos em Educação vêm sendo retomados: recomposição dos salários docentes, retomada de obras em institutos e escolas, entre outras políticas. Ainda assim, são medidas paliativas, que não dão conta de neutralizar as atrocidades sofridas pela educação nos últimos anos. Ontem, como hoje, ser educador/a antirracista é ser resistência, re-existência. Resistir contra as políticas de mercantilização da Educação, da descontinuidade de políticas educacionais de enfrentamento ao racismo, ao machismo e a tantos outros sistemas e/ou formas de opressão, contra ondas conservadoras e movimentos de silenciamento de determinados temas e conhecimentos na educação. Ainda bem, o cotidiano é complexo e fértil. Nele, muitos saberes se nutrem e nutrem corpos, currículos, modos de ver, compreender, ler e pensar(se), para além das políticas do silenciamento e da



normalização dos corpos e existências. Com isso, conseguimos escrever com vidas negras. O nosso Dossiê é uma resistência e existência de vidas, pesquisas, modos de ser negres.

O que eu tenho pontuado é isso: é o direito da escrita e da leitura que o povo pede, que o povo demanda. É um direito de qualquer um, escrevendo ou não segundo as normas cultas da língua. É um direito que as pessoas também querem exercer.
Conceição Evaristo

Eu disse: o meu sonho é escrever! Responde o branco: ela é louca. O que as negras devem fazer... É ir pro tanque lavar roupa.
Carolina Maria de Jesus

Se as escolas e a educação podem reforçar estereótipos e sistemas de opressão, também é que os cotidianos polinizam micropolíticas tecidas através de múltiplas e minúsculas formas de habitar o território e ressignificar as definições e ordenamentos macros através das escritas emancipatórias. Os saberes, epistemologias e cosmologias ancestrais dos nossos povos amefricanos e ladinos, no dizer de Lélia Gonzalez (2020), nos chamam atenção para essa dimensão inventiva e irreverente existente no ato de resistir, re-existir, coletivamente, às forças que querem nos aniquilar, aniquilar nossa marca de existência, a expressão de nosso corpo, nossa ancestralidade, nossa voz. Resistir como ato de afirmar; afirmar como ato de educar.

Micropolíticas e políticas afirmativas, portanto, são necessárias e urgentes. Se, do ponto de vista das políticas públicas nacionais, as ações vêm buscando negar, já nos cotidianos, as práticas e relações são complexas, insumariáveis, múltiplas: há reprodução e reafirmação da negação de corpos, vozes e existências, sim, porém, porque lugares vivos, onde os corpos e corporeidade expressam os cotidianos também revelam processos de resistência, de afirmação, de construção de mundos (im)possíveis. O cenário narrado anteriormente vem reivindicando de professores/as e pesquisadores/as novas conversas, narrativas e formas de andar juntos/as. “Ninguém solta a mão de ninguém” – gritavam as ruas, antes de uma pandemia que nos isolou e assombrou, mas que não deixou dúvidas: o neoconservadorismo neoliberal é tão fascista quanto foi o conservadorismo liberal. E machista! E racista! E sexista! E lgbtqiáfóbico! “A única história cria estereótipos. E o problema com estereótipos não é que eles sejam mentira, mas que eles sejam incompletos. Eles fazem uma história tornar-se a única história. Mas há outras histórias que não são sobre catástrofes. E é muito importante, é igualmente importante, falar sobre elas” (Chimamanda

Ngozi Adichie, 2019). A ideia de multiplicar as histórias investindo na ideia de outras histórias em frente às culturas dos cotidianos e aos conhecimentos disciplinares, se desenha a partir de encontros e conversas com os professores, pesquisadores e fortalecimento do diálogo vivo e potente nas escolas-universidades. Esse caminho vem auxiliando para escutarmos dos cotidianos múltiplas histórias, reforçando o entendimento de que não podemos ficar presos a um único modelo ou quadro representativo – nem nos currículos nem nos livros didáticos. É ouvindo outras histórias que vamos ouvindo outros corpos, ouvindo as vozes que ora foram abafadas com avanço do conservadorismo.

Que esse Dossiê possa ser, de alguma maneira, também um convite ao rebolado! Em outras palavras: a educação antirracista não se fará sozinha, ela começa no miúdo de nossas ações! Que possamos seguir constelando e polinizando com nossas experiências-pesquisas-denúncias-narrativas!

O texto intitulado **A LEI 10.639/03 E A AUSÊNCIA DA EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS NO CURRÍCULO DA EDUCAÇÃO INFANTIL** tem como objetivo analisar a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) concernente à Educação Infantil com a intencionalidade de investigar se este documento, prescritivo e obrigatório na educação brasileira, apresenta subsídios para trabalhar as relações étnico-raciais no contexto da Lei 10.639/2003, como caminho de enfrentamento para o racismo estrutural na sociedade. Utilizando, para isso, a pesquisa documental como aporte metodológico (SÁ-SILVA; ALMEIDA; GUINDANI, 2009). Ao utilizar autores como Gomes (2007), Gomes e Nunes (2021), Paraíso (2010), Veiga-Neto (2003), denota a necessidade de ampliação sobre a cultura afro-brasileira, africana e as relações étnico-raciais na educação infantil para que ocorra a desmobilização do racismo estrutural na sociedade brasileira.

No texto **PROJETOS DE FORMAÇÃO ANTIRRACISTA NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL** é um estudo que investigou experiências de ensino antirracista, desenvolvidas com estudantes dos anos iniciais do Ensino Fundamental de uma escola pública municipal de Arapiraca-AL. Teve por objetivos: descrever três experiências com projetos de ensino antirracistas, concebidas em anos subsequentes com crianças do 2º ano do Ensino Fundamental; analisar as potencialidades dessas experiências com vistas ao desenvolvimento de uma formação antirracista; avaliar os limites impostos pela condição institucional do ensino formal para o desenvolvimento de uma formação radicalmente antirracista num modelo de sociedade estruturalmente racista.

O nosso segundo volume do Dossiê convida para um **BATUQUE DE UMBIGADA - OS DESAFIOS DE UMA EDUCAÇÃO INFANTIL ANTIRRACISTA** na busca de apresentar os desafios de uma educação infantil antirracista a partir da compreensão de fontes documental produzido pela professora pesquisadora e autora deste trabalho, que realizou um projeto educativo que colaborou a organizar um currículo baseado nos saberes ancestrais do Batuque de Umbigada, que é uma manifestação cultural tradicional do oeste paulista e que foi entendido como relevante para ser trabalhado no cuidado e educação de crianças pequenas. Foi levado em consideração os fundamentos sistematizados e pesquisados sobre essa tradição para colaborar sobre os valores formativos de uma educação antirracista, em diálogo foi trabalhado a perspectiva teorico-metodológica da pesquisa narrativa como forma de fazer produzir narrativamente uma reflexão e contribuições teóricas.

Já o texto **DIDÁTICA E EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA: CONTRIBUIÇÕES DA CURADORIA DOCENTE PARA A APLICAÇÃO DA LEI 10639/03** problematiza o conceito de curadoria, importado do universo das artes para o campo da educação, apresentando algumas possibilidades de atuação dos professores como agentes promotores de mediações artístico-culturais. Escolhemos o cinema como campo de reflexão para a curadoria docente, uma vez que se trata de mídia complexa e linguagem híbrida com acesso e uso recorrente no âmbito escolar. A ideia central corresponde a um contraponto, operado por meio da escola, aos filmes que normalmente circulam e são consumidos pelos estudantes. Elegemos discutir, especificamente, sobre a história da escravidão, as resistências e seus desdobramentos, desde o Brasil colonial, por meio do audiovisual “A última abolição”.

No campo do currículo, o artigo **EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS E A FORMAÇÃO DOS PROFESSORES: CURRÍCULO DO CURSO DE PEDAGOGIA DA UEL – 2010/2017/2019** discute a formação inicial do Pedagogo da Universidade Estadual de Londrina – UEL e a Educação das Relações Étnico-raciais (ERER). O estudo parte da seguinte indagação: como o curso de Pedagogia da Universidade Estadual de Londrina vem abordando tal temática em seu currículo? As Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino de História e Cultura Africana e Afro-brasileira e para a Educação das Relações Étnico-raciais (DCNERER) vêm sendo contempladas nas disciplinas? Tem-se por objetivo geral analisar o currículo do curso de Pedagogia da UEL dos anos de 2010, 2017 e 2019 e as perspectivas atribuídas à Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.

Nesta direção, o texto **NARRATIVAS DOCENTES ALFABETIZADORAS: MARCAS DE UM CURRÍCULO EM PROCESSO DE (RE)CONSTRUÇÃO** sintetiza visões, fala, cheiros e afetos de professoras alfabetizadoras em torno de seu exercício prático de um currículo antirracista no tocante a alfabetização. Pensando em como a implementação da lei 10639/03 que completa 20 anos fomentou o debate reflexivo e alicerçou este modelo de práticas pedagógicas desenvolvidas nas escolas públicas.

No artigo **O ESTADO E A PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL: CAMINHOS DA LEI 10639/2003** visa analisar as políticas educacionais e de ações afirmativas de promoção da igualdade racial, a partir de um levantamento das políticas que dialogaram com a Lei 10.639/2003 e viabilizou a discussão da diversidade em diferentes esferas da sociedade. Sendo assim, trata-se de uma pesquisa qualitativa, realizada, por meio da análise bibliográfica, referentes às relações étnico-raciais e curriculares brasileiras.

Na esteira de pensar os processos educativos a partir de diferentes áreas, encontramos **O ENSINO DE CIÊNCIAS E A FORMAÇÃO DE PROFESSORES DOS ANOS INICIAIS PARA EDUCAR PARA AS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS** que tem foco de identificar possibilidades para um ensino de ciências antirracista no âmbito das Relações Étnico-Raciais no processo de formação de professores. Para isso, realizamos uma pesquisa-formação na perspectiva de Marie Christine Josso (2004; 2010) e empregamos o caso de ensino a partir da perspectiva de Mizukami (2000) como instrumentos para a produção de dados. Os participantes deste estudo são estudantes de pedagogia da UESB. Como forma de organização dos dados recorreremos à análise de conteúdo (BARDIN, 1977).

Ainda em ciências, o artigo **A FORMAÇÃO DOCENTE EM CIÊNCIAS NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS: UMA REVISÃO DA LITERATURA** é resultado de um levantamento bibliográfico elaborado a partir de uma dissertação do Programa de Pós-Graduação em Educação em Ciências e Saúde da UFRJ. Tendo como objetivo analisar os diálogos que envolvem a Educação das Relações Étnico-Raciais e a formação docente em Ciências, apresentados em pesquisas acadêmicas publicadas entre 2003 e 2022.

No campo da literatura, temos o texto **IDENTIDADE TEXTUAL E LITERATURA NEGRO-BRASILEIRA: PROCESSOS DE FORMAÇÃO DE LEITORES LITERÁRIOS E ESCRITORES E A LEI 10.639/03** que discute os processos de identificação com o texto e a literatura negro-brasileira, enquanto criação da população negra, que se constituiu fora do

continente africano, configurando uma experiência brasileira. Os procedimentos metodológicos para a realização do estudo, apontam uma pesquisa bibliográfica que dialoga com as práticas docentes em literatura realizadas em unidades públicas de educação na rede municipal de Niterói. A respeito do referencial teórico, este estudo possui dois pilares: o conceito de representação do Stuart Hall e a literatura negro-brasileira de Cuti.

Ao falar em racismo e sua estrutura é preciso comunicar nossa sociedade das lutas e enfrentamos que precisamos fazer, como assim aponta o texto **A DISCIPLINA DE SOCIOLOGIA NO ESPAÇO ESCOLAR: PRÁTICAS PARA O FOMENTO DA LEI Nº 10639/2003** cujo o objetivo é um estudo da aplicação da Lei Nº 10639/03 - que institui a obrigatoriedade do ensino de história e cultura africana e afro-brasileira dentro das disciplinas da educação básica brasileira, para o presente trabalho é explorado especificamente como se dá essa prática dentro da disciplina de Sociologia no Ensino Médio. Levando em conta a incipiente formação de professores com relação à temáticas que envolvem a diversidade de maneira ampla (MEUCCI, 2014), foi feita também uma investigação sobre como é a aprendizagem docente para terem o respaldo teórico e temático sobre a abordagem das relações étnico-raciais no espaço escolar, suprimindo o caráter epistemicida da educação num todo (CARNEIRO, 2005). Para tanto, foi realizado um acompanhamento etnográfico (ECKERT e ROCHA, 2008) no período de 6 meses das aulas de dois professores em três escolas da rede pública do estado de Minas Gerais, em Belo Horizonte e Região Metropolitana.

No campo do ensino de história, o texto **LIVRO DIDÁTICO DE HISTÓRIA: A PRESENÇA (OU AUSÊNCIA) DE PERSONAGENS NEGROS NA FORMAÇÃO DA IDENTIDADE NACIONAL BRASILEIRA** tem como objetivo examinar o papel da consolidação do livro didático como instrumento no processo de aprendizagem desde implementação da disciplina história no Brasil no século XIX e os interesses estatais em torno da sua produção em escala nacional. Nesse sentido, também realizar o levantamento de reflexões a respeito das poucas menções ou ausências dos personagens negros e da história da atuação de africanos na construção cultural, social e política do país nos livros didáticos de maior circulação desde os séculos XIX ao XX. Como metodologia foi empregado a de Bardin (2011), com o intuito de realizar uma análise qualitativa e responder o papel da literatura didática como política pública e o papel do Estado com a disciplina história e relação livro didático.

Nosso Dossiê é composto por textos políticos, biográficos e narrativos. São textos que

narram sobre lutas de mulheres negras, assim, percebemos no texto **DA MEDALHA AO PÓDIO DA VIDA: A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE E REPRESENTATIVIDADE DA MULHER NEGRA NO ESPORTE** A representatividade da mulher negra, na sociedade brasileira, reverbera o (re)conhecimento do seu “eu” para além dos estereótipos impostos, expressos pelo processo de constituição da identidade negra, estabelecida por meios dos constructos sociais tecidos pelas lutas, conquistas e movimentos coletivos estabelecidos pela valorização da igualdade das relações sociais étnico raciais. No entrelace das relações étnico-raciais e o papel da mulher negra nessa sociedade, objetivou-se analisar as possibilidades de práticas pedagógicas antirracistas, por meio de produções cinematográficas as quais viabilizam situações para o (re)pensar da formação humana. Adotou-se como fonte primária o filme “King Richard: Criando Campeãs” com foco no trato pedagógico para implementação da Lei n. 10.639/2003 na educação básica em relação à representatividade da mulher negra no esporte.

No campo da psicologia, o texto **RACIALIDADE E PSICOLOGIA: PERCEPÇÕES DE PSICÓLOGOS EM FORMAÇÃO**, que é um trabalho de conclusão de curso em Psicologia objetivou promover a reflexão a respeito do estudo da racialidade nas graduações de Psicologia como subsídio para uma postura profissional ética perante a temática. Para tanto, foi desenvolvida uma revisão teórica acerca de racialidade, racismo estrutural e racismo institucional, relacionando ainda racialidade com produção de conhecimento, ensino superior, e Psicologia. Em seguida, na perspectiva de uma metodologia qualitativa, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com nove estudantes de Psicologia de diferentes instituições de ensino superior da cidade de Passo Fundo (RS). Os resultados possibilitaram discussões sobre a identificação do racismo, a presença negra no processo formativo, a apropriação do debate racial e a abordagem da racialidade.

Nossa gira vai em busca de textos que tragam para dentro da roda novas cosmovisões e nossas tessituras sociais, isso fica expresso no texto **PROCESSOS FORMATIVOS ANTIRRACISTAS NA PROFISSIONALIZAÇÃO DE TRANCISTAS AFRO NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO** tem como proposta descrever as atividades educativas que ocorrem em um curso de formação para trancista. O curso funciona em uma instituição de comerciários no bairro de Madureira, cidade do Rio de Janeiro (RJ). As aulas são gratuitas e tem como público-alvo: mulheres negras que ganham até três salários-mínimos, moradoras de Madureira ou de bairros e municípios adjacentes. O texto é resultado de uma etnografia que foi

realizada nos meses de novembro e dezembro de 2021 e tinha como objetivo a escrita da tese de doutorado na área das Ciências Sociais. Os métodos e técnicas de pesquisa adotados foram: levantamento bibliográfico, revisão de literatura, entrevistas semi-estruturadas, aplicação de questionário eletrônico, caderno de campo e observação participante.

Compreendemos que nossas lutas são recheadas de afetos e emoções. Nesse sentido, o texto **RAP E O MOVIMENTO NEGRO EDUCADOR: JUVENTUDE NEGRA NO PROTAGONISMO DA LEI 10.639/03** esta autoetnografia apresenta reflexões sobre o movimento hip hop no contexto das periferias paulistanas na década de 1990, a relação dessa expressão com a juventude negra e sua perspectiva ativista e educadora. Os trabalhos de Marília Sposito, Juarez Dayrell e Elaine Andrade sobre o rap na experiência juvenil, e de Nilma Lino Gomes sobre o Movimento Negro Educador são referências teóricas centrais. Considerando as diversas pesquisas sobre o tema, esse trabalho dialoga com parte da biografia de um artista negro da periferia de São Paulo, que vivenciou um letramento racial/social por meio do rap. A partir da experiência de um dos autores, argumenta sobre a importância da juventude negra e do rap para a implementação das ações afirmativas no Brasil.

Já o texto **TECNOLOGIAS ANCESTRAIS: REDES E CONEXÕES ANTIRRACISTAS** é fruto das discussões e debates segundo às exigências do exame de qualificação do doutorado e que se encontra em andamento. Procuramos sintetizar as reflexões apresentadas sobretudo diante do capítulo que dá o título deste artigo. A pesquisa em tela encontra-se dividida na seguinte dimensão: a) uma breve história do objeto de pesquisa; b) a importância da Lei 10.639/03 no cenário das políticas afirmativas; c) o paradigma emergente como esteio teórico; d) o letramento digital que se desdobra em – tecnorizomático, tecnoafetivo e tecnodiverso – instâncias cunhadas e que se relacionam com as tecnologias ancestrais. Nosso principal objetivo foi provocar os leitores diante das possibilidades e potências dos processos de artesanias do povo negro no âmbito das tecnologias ancestrais, de forma que possa contribuir para uma educação antirracista, especialmente no contexto da construção da Lei 10.639/03. Assim, as sementes foram lançadas diante de lutas e resistências para um tempo de semeadura democrática, plural e diversa.

O nosso Dossiê vem avançando nas discussões sobre a Lei 10.639 e relação com **O MOVIMENTO PELA IMPLEMENTAÇÃO DA EDUCAÇÃO ESCOLAR QUILOMBOLA NA COMUNIDADE SÃO PEDRO - CASTANHAL/ PARÁ** onde é analisado o movimento pela implementação da educação escolar quilombola na comunidade de

remanescentes do quilombo de São Pedro, localizado no município de Castanhal, no Pará. A pesquisa aborda o processo pelo qual se deu a luta do movimento quilombola na comunidade em busca de uma educação escolar diferenciada, ou seja, de uma educação efetivamente quilombola. O objetivo do trabalho é verificar a mobilização para a consolidação da educação escolar na comunidade feita pelos remanescentes do quilombo na região mencionada. Para isso, realizou-se a análise de documentos produzidos pelo grupo, especialmente do dossiê produzido por professores da escola que funciona no local. O referencial teórico utilizado é composto por autores como Gonçalves; Silva (2000) e Gomes (2017), que discutem acerca do movimento negro; Almeida (2011) e Moura (1993), que discorrem sobre quilombo; Brandão (1995), Santos (2007) e Freire (2019), que debatem educação; e Arruti (2017) e Moura (2007), que se debruçam sobre a educação escolar quilombola.

O texto **SOBRE A DIDATIZAÇÃO DOS ADINKRA NO BRASIL: POR UMA EDUCAÇÃO MULTICULTURAL, RADICALMENTE DEMOCRÁTICA** tem como objetivo refletir a respeito da didatização dos Adinkra no Brasil. Através de um referencial pós-estruturalista e pós-colonialista, evoca uma abordagem multicultural radicalmente democrática, a qual preconiza a abertura à diferença, não como sinônimo de diversidade, mas sim como dispositivo para que o novo possa entrar no mundo. O argumento é que os símbolos Adinkra, produção que remonta aos povos Asante e Akan, atualmente à Gana, nos coloca diante de uma abertura de sentidos na impossibilidade da tradução. A produção pedagógica estudada, a qual nos serviu de objeto de análise, busca contribuir com a luta antirracista e descolonizadora que preconiza a Lei 10639/2003. No entanto, apresenta rastros de paradigma eurocentralizado. Com a leitura discursiva, podemos inferir que as propostas podem estar contribuindo com o que se espera combater, se esquivando da dimensão política/performativa da ideia de “cultura africana”. Nos textos didáticos estudados, raça e etnia não são termos debatidos. Os estudos na área, portanto, podem avançar nesse sentido. Todavia, em vez de desmerecer iniciativas de professores e jovens pesquisadores, este texto quer apontar a necessidade de mais estudos e revisões constantes a respeito de um universo sobre o qual sabemos muito pouco que são as múltiplas culturas em África, além de ressaltar a preocupação com desafios e limitações em relação ao tema.

No texto **A FORMAÇÃO DE PROFESSORES DE EDUCAÇÃO INFANTIL PARA AS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS: ANÁLISE DAS PRODUÇÕES BIOGRÁFICAS DE 2012 A 2022** é feito um levantamento acerca das produções bibliográficas referentes à formação

para professoras/es da Educação Infantil (EI) para a educação das relações étnico-raciais entre os anos de 2012 e 2022. Contando com a leitura e a análise dos artigos da Revista da Associação Brasileira de Pesquisadoras/es Negras/os, periódicos da CAPES e da plataforma Scielo, além de teses e dissertações da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações.

A seguir, no artigo **PERCEPÇÕES DOCENTES ACERCA DA LEI 10.639/03: OBRIGATORIEDADE DA TEMÁTICA "HISTÓRIA E CULTURA AFRO-BRASILEIRA" NA EDUCAÇÃO BÁSICA?** objetivou discutir a percepção de docentes do IFNMGcampus Almenara acerca da Lei 10.639/2003 e revelar as opiniões sobre o tema. Trata-se de pesquisa aplicada, exploratória com abordagem descritiva e qualitativa. A coleta de dados se deu a partir de questionário via *Google Forms*.

No artigo **PERSPECTIVAS MULTICULTURAIS E/OU ANTIRRACISTAS DE 2013 A 2020: LEVANTAMENTO DA PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO A PARTIR DA LEI 10.639/03** são apresentadas as análises das tendências multiculturais (IVENICKI, 2018, 2020, CANDAU, 2016, SLEETER & McLAREN, 2009) do levantamento da produção do conhecimento em anais a partir da primeira década da Lei 10639/03, isto é 2013 a 2020 do Congresso Brasileiro de Pesquisadores/as Negros/as (COPENE) e das 37^a, 38^a e 39^a Reuniões da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd) por meio do GT 21: Educação e Relações Raciais.

Enquanto, no texto **CONTRIBUIÇÕES DA LEI 10.639/2003 PARA OS CURRÍCULOS DE UMA LICENCIATURA E DE GEOGRAFIA DO ENSINO FUNDAMENTAL: FORMAÇÃO CONTÍNUA EM REDE** nos leva a discutir a influência da lei 10.639/03 nos currículos de um curso de licenciatura em História de uma instituição privada de ensino isolada, localizada no município de Nova Friburgo-RJ e nos currículos de Geografia da educação básica do município de Niterói, também no estado do Rio de Janeiro. Numa escrita à seis mãos nos debruçamos nesses currículos a partir de uma pesquisa de Mestrado e uma de Doutorado que envolveram um aporte teórico-metodológico-epistemológico-político nos estudos *nos/dos/com os cotidianos* e que se desenvolveram com base em pilares teóricos, documentais e narrativos.

Por conseguinte, o artigo **PROFESSORES ANTIRRACISTAS E SUAS EXPERIÊNCIAS PEDAGÓGICAS: CONTRIBUIÇÕES TEÓRICO-METODOLÓGICAS** nos leva a refletir sobre as perspectivas e os desafios para implantação da Lei 10.639/2003 no sistema educacional brasileiro. Este trabalho centraliza-se

no objetivo de apresentar duas experiências de práticas pedagógicas antirracistas na educação básica na Rede pública do estado do Rio de Janeiro. Defende-se aqui que esse debate seja ampliado para além dos componentes curriculares da História, das Artes e da Literatura – que estão circunscritas na Lei 10.639/03 – e que considere as demais áreas do saber, como a Geografia.

Já no artigo **O LUGAR DE NEGRAS E NEGROS NO ENSINO DE LINGUAGENS: UMA ANÁLISE DA BNCC E DO PROJETO PEDAGÓGICO DAS LICENCIATURAS EM LETRAS DE UMA UNIVERSIDADE PÚBLICA BRASILEIRA** que foi financiado pelo Programa de Bolsas de Licenciatura (PROLICEN), parte da inquietação com os resultados obtidos em duas pesquisas anteriores deste Programa. As questões obtidas com esses estudos sobre como vem sendo efetivada a Lei nº 10.639/03 no ensino superior e o lugar de negros e negras em livros didáticos foram nossas motivações para pesquisarmos como essa Lei, embora seja um documento oficial, não garante sua aplicação na perspectiva antirracista. É sob este viés que elaboramos esta pesquisa, de cunho bibliográfico, analisando a BNCC para a área de Linguagens, o Estatuto e os Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPCs) de Licenciatura em Letras da UFCat.

Então, no texto **TECENDO BRINCADEIRAS AFRICANAS E AFRO-BRASILEIRAS NA ESCOLA: UMA PROPOSTA PRAGMÁTICA PARA IMPLEMENTAÇÃO DA LEI Nº 10.639/2003** a proposta interventiva é resultado de uma pesquisa de mestrado realizada no Programa de Pós-graduação em Educação, na Universidade Federal do Ceará (UFC), na qual teve como objetivo, utilizar brincadeiras africanas e afro-brasileiras em aulas de recreação como instrumento facilitador para a implementação da Lei Nº 10.639/03, que reformulou a Lei de Diretrizes e Bases - LDB (9.394/96), com o advento das Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Africana e Afro-brasileira. O lócus de investigação se constitui em uma turma do 4º ano do Ensino Fundamental I, na escola EEIEF 08 de Março. Para tanto, foram realizadas intervenções pedagógicas propositivas e potencializadoras sob aporte da Praxiologia (PETIT, 2015), referencial filosófico-teórico-metodológico inventivo, criativo e artístico, equipado de conhecimento e saber de matriz africana.

A partir daqui, chegamos na entrevista/conversa – **POR UMA VIDA ANTIRRASCISTA** potente e forte sobre *vidamilitância*¹ da *professorapesquisadora* Ana Paula Venâncio, intitulada **CONVERSA EM TORNO DE UMA EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA: DIALOGANDO COM A LEI 10.639**. A professora é uma mulher negra, professora dos anos iniciais, pesquisadora do campo e da luta antirracista e nos brinda com uma excelente narrativa que vai politizando e poetizando vidas dos seus estudantes. A conversa é tecida por Allan Rodrigues e Tiago Ribeiro. A conversa começa pelos ideários dos conversantes para uma sociedade mais justa e democrática. Os conversantes buscam pistas de lutas contra-hegemônicas para desinvisibilizar vidas negras e ressaltar a potência das pessoas negras. A conversa entre os três conversantes passa pela busca de criação de novos pensamentos a partir de autores e autoras negras e de suas vidas. Os conversantes narram e entrelaçam suas histórias, memórias e experiências mostrando o potencial de uma *pesquisavida*. Ana Paula, nossa mestra, nos guia na conversa e nas suas reflexões como desenvolve sua prática docente para pensar uma educação antirracista, com isto, modos que não permite que ninguém seja negado e assume como *professorapesquisadora* o cotidiano escola como fonte de importante pela para o processo do coletivo e da humanização do ser. É na escola que derrubamos o racismo. É narrando nossas experiências e dores nesse espaço escolar, também racista, que vamos desenhando com os pequenos outras formas de interpretar o mundo. Aqui, os conversantes assumem o papel da narrativa e do trabalho coletivo com dois focos. O primeiro diz respeito ao processo de organização do ser, da reflexão e de “quem sou eu e quem é outro”. Esse movimento permite elaborar a ideia de sentimento de mundo (ALVES, 1998), pois permite mergulhar em nossos sentimentos e ampliar a visão de mundo. Ao ouvir uma narrativa nos libertamos do caos interior e, por tanto, nos humaniza. Já o segundo movimento é importante como um espaço de denúncia das demandas do social-racismo, pedagógico e psicológico. A conversa, transformada em narrativa, nos permite mapear as situações na qual o movimento negro vive no Brasil. Dizer, narrar, conversar e girar com o movimento negro é o fundamento dessa conversa.

Já o relato de experiência **INTERVENÇÕES EM SALA DE AULA: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA** apresenta atividades realizadas no Estágio Curricular Supervisionado: Pesquisa no Ensino de Ciências, de um curso de Química Licenciatura de uma Universidade Federal do interior do Estado do Rio Grande do Sul (RS), que foram acompanhadas pela via da

¹ Juntar termos dicotomicamente compreendidos pela ciência positivista moderna, como se se tratasse de processos e ações antagônicos, no intuito de pôr em questão tal cisão e mostrar as relações de retroalimentação e diálogo entre ambos é uma aposta muito cara ao campo dos estudos com os cotidianos.

Investigação-Formação-Ação. A prática foi acompanhada por meio da escrita reflexiva em Diário de Formação, em que foram sendo descritas as atividades e vivências dos licenciandos durante a realização das práticas e os resultados apresentados foram construídos por meio da análise qualitativa dessas escritas. O desenvolvimento da prática de ensino acompanhada pela escrita, planejamento, leituras e diálogos coletivos possibilitou um movimento de reflexão, na, para e sobre a prática, qualificando assim a constituição dos licenciandos como professores pesquisadores.

Trazendo uma resenha, o texto **CRIANÇAS PROTAGONISTAS E POTENTES: POR UM CURRÍCULO ABERTO AO POSSÍVEL** é referente à obra “Por um currículo aberto ao possível: Protagonismo das crianças e educação” e foi escrita no contexto de Pós-doutoramento de uma das autoras, que buscou ao longo do processo de Revisão de Literatura, aprofundar seus estudos em obras que contribuíssem para seus objetivos de pesquisa e com vistas a fundamentá-la. Em especial, destaca-se a perspectiva do currículo aberto sustentado na tríade Confiança-Oportunidades-Tempo como expressão de equilíbrio entre o protagonismo infantil e a educação, capaz de mobilizar reflexões sobre as transições do contexto familiar ao contexto escolar, e dentro deste as suas transições, como da creche à pré-escola, ou da jornada de turno integral para tempo parcial.

Quase ao fim, temos a resenha **AFRONTAS: NARRATIVAS COMPARTILHADAS DE MULHERES NEGRAS E INDÍGENAS** que destaca as narrativas presentes no livro “Narrativas de mulheres negras e indígenas na educação e no direito: visibilidades e trajetórias socioculturais” que em tantos momentos, salientam a potência das práticas pedagógicas de superação do racismo, discriminação social e violência de gênero. Tendo em vista que a Educação Básica é, em sua maioria, formada por educadoras mulheres em suas interseccionalidades, é curioso como os “pensantes” das políticas educacionais não advém deste grupo. Este questionamento é sugerido na introdução e permeia sutilmente as histórias compartilhadas pelas autoras, evidenciando as falhas de um sistema atrasado na criação e execução de políticas antirracistas.

Em demanda contínua, temos o artigo **MATRÍCULAS DE ALUNOS PÚBLICO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL FEDERAL EM MATO GROSSO DO SUL (2009-2021)** que objetiva-se analisar alguns indicadores de matrícula de alunos público-alvo da Educação Especial (PAEE) na educação profissional, científica e tecnológica federal em Mato Grosso do Sul (MS), no período de 2009 a 2021. Teve-se por

delimitação o quantitativo de matrículas de alunos público da educação especial em classe comum; dentre essas, matrículas na educação profissional; e matrículas de alunos da educação especial na educação profissional na Rede Federal no estado do Mato Grosso do Sul. Foi realizada a análise de dados disponibilizados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), revisão de literatura e análise documental. Destaca-se ainda, o pequeno número de matrículas do PAEE na educação profissional, científica e tecnológica federal em Mato Grosso do Sul, está relacionada às formas de ingresso nos cursos, que ainda apresentam barreiras para as pessoas com deficiência.

Por fim, mas não menos importante, temos o artigo **“PERDER A CABEÇA NÃO FAZ PARTE DO OFÍCIO”**: **CONCEPÇÕES DE CUIDADO NAS NARRATIVAS DE PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO** abordando a temática do direito à educação, a partir das concepções de cuidado presentes nas práticas educacionais, sob a ótica das/os profissionais da Educação. O texto está estruturado em três itens. O primeiro aborda a opção metodológica da pesquisa: realização e análise de entrevistas semiestruturadas, por meio da escuta de relatos de histórias de vida, com aqueles que atuam nas creches, pré-escolas e escolas, escolhidos pelas práticas observadas, interações com as crianças e indicação das próprias crianças, visando conhecer, identificar e compreender as marcas do cuidar e ser cuidado nas suas narrativas, considerando o pressuposto de que o cuidado é construído nas relações e interações entre os sujeitos. O segundo traz o histórico do atendimento à primeira infância no Brasil, situando desde os primeiros atendimentos à criança pequena até a consolidação do marco legal atual. O terceiro apresenta as narrativas das/os profissionais entrevistadas/os e suas concepções de cuidado de si, cuidado como ofício, cuidado técnico e cuidado autêntico.

Para começar esta conversa convidamos os leitores para mergulhar conosco nessa onda de luta e vozes potentes que estão presente neste segundo volume do Dossiê “20 anos da Lei 10.639: Conversas Curriculares Entre Saberes, Práticas e Políticas Antirracistas”. Desejamos uma boa leitura para vocês. Até 2024, pessoal.